

O NOVO ACORDO DE CAPITAL DA BASILÉIA NOS ESTADOS UNIDOS

*Simone Silva de Deos*¹

A publicação, em junho de 2004, das novas regras do Comitê da Basileia para a Supervisão Bancária² veio reforçar a atenção de participantes do mercado financeiro, de autoridades que regulamentam e supervisionam as atividades bancárias, de acadêmicos devotados ao assunto e de analistas em geral para um ponto que já ocupava espaço na agenda desses atores, a saber, o conteúdo e os efeitos do chamado Novo Acordo de Capital.³ No texto oficial do Novo Acordo estão expostas as regras para a mensuração do capital mínimo que deve ser mantido pelas instituições bancárias, bem como os padrões adequados de conduta das autoridades supervisoras nacionais e dos próprios bancos, evidentemente.

Pode parecer surpreendente que tão recente, volumoso e complexo documento já suscite tal volume de avaliações.⁴ Além da importância irrefutável do assunto, ajuda a explicar a grande quantidade de avaliações sobre o Novo Acordo o fato deste ter sido resultado final de um processo de discussão – entre supervisores dos países-membros e entidades representativas dos bancos – bastante documentado, ao longo do qual foram sendo delineadas suas novas feições. Tal fato permitiu que antes mesmo da divulgação da versão definitiva do documento fossem feitas avaliações quanto aos possíveis impactos de sua aplicação, possibilitando que as próprias autoridades de regulamentação e supervisão bancária de vários países se posicionassem diante do seu conteúdo, e indicassem em que moldes e dentro de qual horizonte temporal iriam implementá-lo.

Exemplo desse “posicionamento ao longo do processo” diante do Novo Acordo da Basileia é o das autoridades dos EUA. Desde 2001, as agências de regulação dos Estados Unidos já acenam sua posição.⁵ O objetivo do presente artigo é apresentar a “agenda” das autoridades americanas, tal como exposta nos discursos, oficiais ou não, dos membros do *Board* do *Federal Reserve* (Fed), bem como nos documentos oficiais do conjunto dos órgãos reguladores do sistema bancário dos Estados Unidos, e

¹ Professora Doutora do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Agradeço a Adriana Nunes Ferreira pela ajuda numa versão preliminar desse trabalho.

² O *Basel Committee on Banking Supervision*, ou Comitê da Basileia, é integrado pelos bancos centrais dos países que compõem o G-10, os chamados países-membros, e funciona no âmbito do *Bank for International Settlements* (BIS), ou Banco de Compensações Internacionais.

³ Doravante também chamado Novo Acordo, ou Basileia II. No original: *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: a Revised Framework*. Suas mais de duzentas páginas estão disponíveis em <http://www.bis.org/publ/>.

⁴ Como amostra pode-se indicar Chianamea (2004); Mendonça (2004); Gottschalk e Sodré (2005); Freitas e Prates (2005) e Cardim de Carvalho (2005), entre muitos outros.

⁵ Nos EUA há um grande número de instituições encarregadas de regulamentar, avaliar e supervisionar os milhares de bancos e outras instituições depositárias existentes. Isso em função da estrutura dual do sistema, no qual há bancos com licença federal e outros com licença estadual, implicando divisão de atribuições entre autoridades das duas esferas. No âmbito federal, a responsabilidade sobre o sistema bancário é compartilhada entre o *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC), o *Federal Reserve* (Fed) e o *Federal Deposit Insurance Company* (FDIC). Já as instituições de poupança e empréstimo são supervisionadas pelo *Office of Thrift Supervision* (OTS). No presente texto, menção às autoridades que controlam o sistema financeiro dos EUA é uma referência a estas agências federais. As ações de supervisão destas são coordenadas formalmente através do *Federal Financial Institution Examination Council*, e também através de acordos de trabalho informais entre esses órgãos (Cintra, 1998).

fazê-lo, majoritariamente, pela própria “voz” dessas autoridades.⁶ Poderíamos, em outras palavras, afirmar que é o objetivo do presente trabalho proporcionar aos interessados na posição americana no que tange ao Novo Acordo da Basileia uma leitura de recortes dos documentos sobre o tema.⁷ Dado o papel desempenhado pelo dólar e pelo sistema financeiro dos Estados Unidos, parece desnecessário apontar para a relevância de um acompanhamento atento das posições tomadas pelas autoridades americanas quando se trata de avaliar os impactos de uma nova regulamentação sobre os sistemas bancários com pretensões e possibilidades efetivas de ampla adoção internacional.

A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ACORDO NOS EUA

Desde 2001, o Federal Reserve, pela voz dos membros do seu *Board*, já manifestava o que entendia ser o âmago do Novo Acordo de Basileia, então ainda em processo de discussão e elaboração, apontando para a abordagem interna de avaliação de risco, ou *Internal Rating Based* (IRB) approach. Ao mesmo tempo, minimizava a importância da abordagem padronizada para o cálculo de capital⁸:

The centerpiece of the proposal is clearly the internal ratings based (or ‘IRB’) approach, under which the regulatory capital requirement would be based on a bank’s own internal assessment of each borrower’s quality. The use of the proposed IRB approach, in turn, is keyed to the bank’s ability to meet minimum supervisory requirements that demonstrate the rigor of its assessment. Reliance on banks’ internal credit risk-measurement and management methodologies is perhaps the single most far-reaching innovation in the new proposal. (Meyer, 2001a, p. 4).

Nesse mesmo momento os reguladores americanos já indicavam sua opção quanto à abordagem a ser adotada, dentro das propostas pelo Novo Acordo, bem como qual seria o escopo de sua aplicação.

In my view, the greater complexity of the new accord, at least with respect to the IRB options, suggests that it should cover a narrower range of banks: those that have been active pursuers of capital arbitrage, those that have made – or can make – the greatest advances in risk measurement and management, and those for whom the adequacy of the current standard is most in question. The need and desirability of limited application is especially true in the United States, where we have such a large number of relatively small and less complex community banks. (Meyer, 2001a, p. 7)

Para reforçar o ponto de que a adoção das regras do Novo Acordo deveria ser restrita aos grandes bancos, internacionalmente ativos, prossegue o *Governor* Meyer lembrando que mesmo o Acordo de 1988 havia sido concebido para os grandes *players* do mercado internacional. Dada a maior complexidade do Novo Acordo, este ponto ficaria reforçado. Em suas palavras:

Indeed, it is not at all obvious that the proposed standardized approach fits the needs of smaller banking organizations engaged primarily in traditional banking activities. Recall that the current standardized approach originally was designed with larger banks in mind. (Meyer, 2001a, p. 7-8).

⁶ Esse artigo foi escrito com base na leitura dos documentos disponíveis até 30 de setembro.

⁷ Disponíveis em <http://www.federalreserve.gov/generalinfo/basel2/default.htm>. Assume-se aqui que a posição expressa pelo *Board* do Fed manifesta a posição do conjunto dos reguladores/supervisores do EUA, sendo portanto, independentemente do fórum em que foram apresentados os documentos, a posição oficial do país sobre o tema.

⁸ Não será feita, nesse trabalho, uma apresentação do conteúdo do Novo Acordo. Para uma breve apresentação dos seus “Pilares”, inclusive comparando-o com a do Acordo de 1988, ver Mendonça (2004).

Na esteira dessas primeiras avaliações Laurence Meyer, ainda em 2001, afirma que o objetivo do Novo Acordo é incorporar dentro do processo de regulação e supervisão algumas das ferramentas quantitativas de *risk-management* que as grandes e complexas organizações bancárias (*Large Complex Banking Organizations* – LCBOs) já utilizam ou estarão utilizando quando o acordo for implementado:

For the most part, these new quantitative techniques are designed to address risk at LCBOs. They involve highly detailed and comprehensive management information systems. Such systems are cost effective for LCBOs, but they simply do not apply to the vast majority of banks in this country or, for that matter, to smaller and regional banks any place in the world. For this reason we do not intend that the hallmark of Basel II – the harnessing of internal-ratings-based systems for use in the supervisory process – be applied in this country to any but the largest and most complex banking organizations. Indeed, the internal-ratings-based, or IRB approaches, explicitly assume within their risk-weight formulas a high degree of portfolio diversification that very few banks can achieve. (Meyer, 2001b, p. 1-2).

Com o passar do tempo, mais clara vai se fazendo a posição oficial dos reguladores americanos quanto ao que seja o “coração” de Basileia II: modelos internos de avaliação de cálculo do capital requerido. Mais especificamente, a versão avançada de tais modelos no que diz respeito ao cálculo do risco de crédito:

The US supervisory authorities intend to apply only the so-called Advanced Internal Rating Based (A-IRB) version of Basel II. We will not be adopting the two other variants of Basel II – the Standardized and Foundation Internal Ratings Based Approaches – that have been developed by the Basel Committee. We expect to require about ten large U.S. banks to adopt the A-IRB approach, but we anticipate that a small number of other large entities will choose to adopt it as well after making the necessary investment to support their participation.

All other banks in this country will remain in the current Basel I capital standard when the new Accord is implemented. For these thousands of banks, the shortfalls of the current rules, as noted, are not sufficiently large to warrant a mandatory sift to the Basel II regime. However, any of these institutions will have the option to adopt the A-IRB requirement, as we expect some large entities to do at the outset. If they seek to do so, however, they will have to meet the same high standards of internal infrastructure and controls that will be required of the core group. (Ferguson, 2003a, p. 3)

Explicações mais detalhadas dessa posição das autoridades de regulação americanas podem ser encontradas em outro discurso do *Vice Chairman* do Fed, Ferguson, ainda em 2003. Nesse documento há outros elementos para explicar por que irão adotar apenas a versão avançada do modelo interno (A-IRB) para o risco de crédito, bem como para o risco operacional (AMA):

In the United States, we concluded that the great potential benefit of Basel II was found in the most advanced versions – the advanced IRB for credit risk and the AMA for operational risk. We concluded that if we as supervisors were going to make the effort required for Basel II, we would like to focus that effort on the most advanced versions. (Ferguson, 2003b, p. 6).

Logo a seguir, reforça os argumentos a respeito dos motivos pelos quais obrigarão apenas alguns bancos a migrarem para Basileia II – os grandes e internacionalmente ativos, já foi dito – e, como já se viu, por que Basileia II nos EUA, no que diz respeito ao cálculo do capital requerido, significa apenas modelos internos avançados:

This does not mean that U. S. supervisors believe these approaches are flawed or inferior to the Basel I approach. Indeed, they contain innovations that should lead to meaningful improvements in other countries where they will be implemented.

For the United States, however, a key factor is that our capital regulations not only embody the Basel I standard but also include various 'prompt corrective action' features such as the leverage ratio and the use of a well-capitalized thresholds for both the risk-based and the leverage standards. In applying a leverage ratio and a well-capitalized standard, the United States is probably unique...⁹

In light of these specific U.S. circumstances, the cost-benefit tradeoff associated with implementing the other Basel II options here differs from the tradeoff in other countries. Given the costs involved in adopting new approaches, and given that with our current regime the benefits are lower for our smaller banks, it seems best at this time to retain the current regulatory capital framework for most U.S. banks other than the large, complex internationally-active set...

More to the point, given the high capital position these banks continue to retain as well as their virtual lack of direct competition with banks in other countries that will be adopting Basel II, it does not seem reasonable to impose the cost of changing systems on most of these banks. (Ferguson, 2003b, p. 7-8).

Prossegue o *Vice Chairman* do Fed, Roger Ferguson, nessa linha de argumentação, ao mesmo tempo em que quantifica a porção do segmento bancário americano que será regida pelas regras do Novo Acordo:

In this country, only the largest, most internationally active banks will be required to adopt Basel II – A-IRB and AMA. The proposed criteria indicate that about ten such banks will be in this 'core' group. In addition, any U.S. bank – including any subsidiary of a foreign banks – that meets the infrastructure requirements of the A-IRB approach may choose Basel II; we expect that, initially, about another ten banks will do so. The twenty or so U.S. banks that we expect to operate in the near future under Basel II – the ten mandatory core banks and the ten banks choosing Basel II – account today for 99 percent of U.S. bank foreign assets and two-thirds of total domestic consolidated assets of all U.S. banking organizations. (Ferguson, 2003c, p. 5).

Mais adiante, mas ainda no mesmo pronunciamento, Ferguson reforça a argumentação acerca de por que não devem os bancos de menor porte migrarem para o novo regime:

More than 93 percent of the expected Basel I banks hold capital that is in excess of 10 percent of their risk-weighted assets. Moreover, in this country, requirements of the sort found in Pillar 2 have been in existence for many years and we are well ingrained into our supervisory process. The U.S. banking system also has a greater tradition of disclosure. (Ferguson, 2003, p. 6).

Mas é em outro pronunciamento de Ferguson, também de 2003, que se encontra uma das argumentações mais cristalinas de uma autoridade americana a respeito do que entendem ser o Novo Acordo da Basiléia, quais seus possíveis efeitos e por que os Estados Unidos adotam, diante de Basiléia II, as posições que já se viu. A argumentação começa refletindo sobre as origens e natureza do Acordo da Basiléia de 1988, derivando daí para um dos pontos para os quais o Novo Acordo não pode deixar de atentar:

⁹ O *Federal Deposit Insurance Corporation Improvement Act* de 1991 (FDICIA), entre outras medidas relevantes, definiu modificações importantes na supervisão de instituições depositárias. Uma das seções do FDICIA define que cabe aos supervisores tomarem *prompt corrective actions* quando a capitalização de uma instituição fica aquém de determinado nível. Bancos classificados como adequadamente capitalizados estariam sujeitos a poucas restrições em suas atividades. Contudo, bancos classificados como precariamente capitalizados devem ter suas ações limitadas pelos supervisores, os quais deveriam prontamente fechá-los se sua razão capital/ativos caísse abaixo de determinado nível crítico. (Gilbert, 1992).

Many have forgotten that the first accord had its origins in complaints that the globalization of banking had distorted competitive balance. Banks domiciled in jurisdictions whose supervisors required a more prudent level of capital perceived that they were disadvantaged, certainly in their home markets, by banks whose home supervisors were less aggressive in their minimum capital standards. Basel I was intended to level the playing field for banks that operated across national boundaries by establishing consistent standards on how minimum regulatory capital was to be determined in individual countries and what was to constitute capital.

We should not lose sight of the continuing imperative, both economic and political, to ensure that a revised accord is perceived by all to maintain a level playing field for banks operating not only across national boundaries but also domestically. (Ferguson, 2003c, p. 1).

Prossegue adicionando outro ponto, qual seja, que Basileia II, como uma estrutura aberta, deve possibilitar e estimular a contínua incorporação das novas técnicas de gestão de risco, assegurando que essa melhoria no *risk management*, ainda que tenda a possibilitar uma “economia de capital”, reflita-se em uma estrutura de capital sólida. Em suas palavras:

The world’s supervisors are trying to do more than develop a better risk-based capital standard. They are also trying to harness modern risk-measurement and risk-management techniques to the regulatory system, and they are trying to construct a framework that can evolve as the science and the art of risk measurement and management evolve. I have previously called this evolutionary potential of Basel II its ‘evergreen’ element, and I believe it is one of the many attractive features of the proposal.

...

Basel II is designed to harness the best new techniques but also to ensure their application by those banks that have been less aggressive in adopting them. That is, Basel II, at least in its more advanced form, is as much a proposal for strengthening risk management as it is a proposal for improving capital standards; these considerations are, as they should be, inseparable. (Ferguson, 2003c, p. 2-3).

Feitos esse pontos, reforça o argumento em torno da opção “dual” dos Estados Unidos:

Consistent with the letter and the spirit of Basel II proposal, the latest U.S. proposals states that all U.S. banking organizations with meaningful cross-border exposures – at least \$10 billion – will be required to adopt Basel II. In addition, any banking organization with consolidated assets of at least \$250 billion will similarly be required to adopt Basel II. If these criteria were applied today, about ten or so U.S. entities would meet one or both of these criteria do adopt Basel II. To be sure, the actual number of mandatory U.S. banks may change before actual implementation – and among them could be U.S. subsidiaries of foreign banking organizations that meet the core bank standards. In addition, we initially assumed that about ten other large entities might choose to opt in Basel II; we now believe that number may well be an underestimate, but we are still in the process of surveying our larger banks to determine their plans.

...

The authorities in the US proposed the bifurcated application of Basel II (with one group under Basel II and most banks remaining under the current capital requirements) and rejected trifurcated approach (with banks choosing for themselves among the three Basel II variants for credit risk, as well as three variants for operational risk), which looks to be preferred in other countries, for three basic reasons. First, Basel II, as I noted, requires that those adopting it apply it to their internationally active banks... Second, as I also noted earlier, Basel II capital requirements are intended not only to be more sensitive to risk but also to link that risk-sensitivity to a significant increase in the standards for risk measurement and management at larger banks. Only the A-IRB and the AMA approaches fully impose that prerequisite on the large entities. The U.S. authorities believe that the largest U.S. banking organizations should adopt best-practice risk measurement and management for reasons of safety and soundness. Third, Basel II is not without cost. Most of the thousands of U.S. banks that are neither in the core set nor in the likely opt-in set have operations that, in the U.S. authorities’ view, would not require the dramatic changes in credit risk measurement and management associated with either the A-IRB or the foundation approach. Additionally, the increased risk sensitivity of the

standardized version seemed modest to us relative to the additional costs of systems changes. Regarding operational risk, the arguments are even stronger that the AMA would impose undue burden on smaller banks. In short, Basel II does not seem to have a favorable cost-benefit ratio for most American banks. (Ferguson, 2003c, p. 4-5).

Concomitante à divulgação, pelo BIS, do texto do Novo Acordo (*Framework*), as agências reguladoras dos Estados Unidos (*Agencies*), reforçando o que já vinha sendo antes sinalizado quanto ao escopo de aplicação, anunciam oficialmente quais serão seus esforços de implementação, bem como o calendário inicial:

The Framework will form the basis upon which the Agencies develop proposed revisions to their existing risk-based capital adequacy regulations...

The Agencies have developed a comprehensive plan to incorporate the advanced risk and capital measurement methodologies of the Framework into regulations and supervisory guidance for U.S. institutions. This plan will ensure that U.S. implementation efforts are consistent with the Framework; reflect the unique statutory, regulatory and supervisory processes in the United States; and appropriately seek and consider comments on individual aspects of the plan from all interested parties.

Prior to implementation, it is expected that institutions using Framework-based regulations and guidance will first be subject to a year of 'parallel running', i.e., application of the advanced approaches in tandem with the current risk-based capital regime, beginning in January 2007. The Agencies anticipate that the Framework would become fully effective in the United States in January 2008. The Agencies plan to apply prudential floors to risk-based regulatory capital calculations in the two years immediately after adoption of the Framework. Qualified Institutions that opt in to the Framework subsequent to the initial implementation period would be subject to a similar phase-in schedule (i.e. parallel running and floors). (The Four Federal Banking Agencies, p. 1-2).¹⁰

Mais adiante, no mesmo documento, as agências anunciam que irão conduzir o *Estudo de Impacto Quantitativo*, n. 4 (*Fourth Quantitative Impact Study – QIS 4*),¹¹ a fim de avaliar os efeitos potenciais da implementação do Novo Acordo. Adiantam, ademais, que o QIS 4 será moldado para os interesses das agências americanas, que é avaliar os efeitos de Basiléia II sobre seu sistema bancário. As agências disponibilizaram informações para que os bancos respondessem ao QIS-4 em novembro de 2004, com as respostas dadas por estes sendo coletadas até janeiro de 2005. Com base nesse planejamento, as Agências anunciavam para meados de 2005 mais e melhores informações quanto à implementação de Basiléia II nos Estados Unidos. Ao final de abril de 2005, contudo, novo comunicado das Agências expressa surpresa quanto aos resultados obtidos no QIS-4 e sinaliza adiamento na implementação:

¹⁰ Durante o *parallel run*, cada banco continua a calcular seu capital requerido sob as regras correntes e, simultaneamente, calcularia também de acordo com as novas regras, Basiléia II, a fim de que seja revisado pelo supervisor. Quando este entender que o banco produziu um ano de estimativas confiáveis de cálculo de capital requerido sob Basiléia II, o banco estaria apto a entrar numa transição que duraria pelo menos dois anos (*transition run*), sendo o início de 2008 a primeira oportunidade possível para tanto. Durante esse período de transição, o banco calcularia seu capital requerido pelas regras do Novo Acordo. Contudo, no primeiro ano, não poderia reduzir seu capital para um volume que seria 90% do volume de capital requerido sob Basiléia I. No segundo ano, esse piso seria de 80%. A duração quer do *parallel run*, quer do *transition run*, pode ser ampliada se o regulador tiver dúvidas acerca dos sistemas de gerenciamento de risco do banco ou da prudência do mínimo capital regulatório calculado.

¹¹ Os Estudos de Impactos Quantitativos (QIS) são uma iniciativa do Comitê da Basiléia com o objetivo de, periodicamente, coletar dados dos bancos para avaliar o “sucesso” da introdução de suas novas regulamentações no que diz respeito ao cálculo do capital requerido.

The QIS4 submissions evidence material reductions in the aggregate minimum required capital for the QIS4 participant population and significant dispersion of results across institutions and portfolio types. Additional work is necessary to determine whether these results reflect difference in risk, reveal limitations of QIS4, identify variations in the stages of bank implementation efforts... and/or suggest the need for adjustments to the Basel II Framework.

The agencies remain committed to moving forward with the implementation of Basel II... The delay... is intended to ensure that any proposed changes to the risk-based capital framework are consistent with safety and soundness, good risk management practices, and the continued competitive strength of the U.S. banking system. The agencies encourage institutions that seek to adopt Basel II-based rules at their inception to continue with their implementation efforts. The agencies continue to target the existing implementation timeline for Basel II. However, the additional work noted above may cause the agencies to revisit this timeline. The agencies will provide additional information on the timing and other aspects of Basel II implementation as it becomes known. (The Four Federal Banking Agencies, 2005).

A partir desse fato, os discursos subsequentes dos Governadores do Fed sobre Basileia são dominados pelas reflexões acerca dos resultados inesperados do QIS 4. Foi pautado por esse tema, por exemplo, o significativo discurso de Susan Bies, em maio de 2005, no Congresso dos Estados Unidos:

Earlier this year, twenty-six banking organizations provided us with internal measures of credit risk as part of the four quantitative impact study, or QIS4. The agencies have now reviewed the risk parameter estimates provided and are discussing with individual participants their approaches to developing the required inputs. These discussions, which are ongoing, have significantly changed some of the data provided, and some modifications are still coming in.

...

Nonetheless, even with these revisions, two conclusions are already clear. First, the dispersion among the banks in their estimates of the key parameters that would be used to calculate Basel II capital requirements was quite wide – much wider than expected. Second, the implied reductions in minimum regulatory capital were often substantial – far more than previous quantitative impact studies, both here and abroad, had suggested. As responsible and prudent regulators, we believe it is appropriate to improve our understanding of these results and to see whether changes might be needed in our proposals.

All of the agencies want to have a better understanding of QIS4 data and results. Does the dispersion reflect different risk profiles? Different model assumptions? Different estimates of risk for the same kind of asset? Different kinds of internal rating system with some looking ‘through the cycle’ and others being ‘point in time’?¹² Different stages of institutions’ implementations efforts? Limitations of current data bases? Some other factor? (Bies, 2005a).

CONCLUSÃO

Os resultados aparentemente inesperados do QIS 4 reforçaram a cautela dos reguladores americanos quanto à implementação do Novo Acordo. Comunicado oficial das Agências, de 30 de setembro, anunciou não só o adiamento da implementação, bem como uma transição mais lenta e cuidadosa.¹³ Não se furtam a apontar os reguladores americanos a necessidade de cautela quando se

¹² Sistemas de *rating* que adotam uma metodologia “*through the cycle*” estão focando nos componentes mais permanentes de risco de *default*. Apenas modificações substanciais nos componentes mais de longo prazo de risco de *default* levariam a uma alteração no *rating*. Já uma metodologia “*point-in-time*”, em oposição, contempla o risco de *default* sem suprimir os seus determinantes de curto prazo, fazendo uma ponderação entre componentes temporários e permanentes. (Altman & Rijken, 2005).

¹³ A primeira oportunidade para o *parallel run* foi adiada em um ano, e será agora janeiro de 2008. O *transition period* foi estendido, e será agora de três anos. No primeiro ano, o cálculo do capital sob as novas regras não deverá ser menor que 95% do que seria nas regras anteriores. No segundo e terceiro anos o piso cai para 90% e 85%, respectivamente.

trata de gerenciar riscos de um sistema financeiro cada vez maior e mais complexo. Assim, ao mesmo tempo em que louvam as novas tecnologias de gerenciamento de risco, reafirmam a importância do papel discricionário da autoridade de regulação num mundo inexoravelmente incerto, subordinando as primeiras à segunda:

These are challenging times both for banks and for bank supervisors. On the one hand, new technologies and markets afford us exciting opportunities to meaningfully strengthen the risk-measurement and management capabilities of our financial institutions. On the other hand, the risks of getting it wrong – of failing to keep banks' risk-management practices up-to-date – can only grow as banking becomes ever more complex and sophisticated and as banking systems become more concentrated. This will increase the importance of capital adequacy, risk management, effective supervision, and transparency in fostering and maintaining financial stability in an increasingly integrated and interconnected global financial system.

Indeed, supervisors and bankers need to maintain a healthy skepticism about the uncertainties and real-world vicissitudes surrounding any theoretically precise measures of risk-particularly in times of adversity, when capital cushions are so important. Qualitative factors such as sound judgment, knowledge, and real-world experience are essential to successful risk management. Our hope is that the implementation of Basel II will substantially improve institutions' ability to measure and manage their risks. But we expect that Basel II will complement the evolution of banks' own processes and systems, not supplant them. Finally, we also anticipate that Basel II will allow for the open development of new risk-management techniques, as they evolve over time. (Bies, 2005b, p. 5 – Grifo nosso).

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALTMAN, E.; RIJKE, H. *The effects of rating through the cycle on rating stability, rating timeliness and default prediction performance*. 2005. Disponível em: <<http://pages.stern.nyu.edu/~ealtman/TheEffectsofRatingThroughtheCycleonRatingStability.pdf>>.

BIES, S. *The Basel II Accord and H.R. 1226*. Testimony of Governor Susan Schmidt Bies Before the Subcommittee on Domestic and International Monetary Policy, Trade, and Technology and the Subcommittee on Financial Institutions and Consumer Credit, Committee on Financial Services, U.S. House of Representatives. 2005a. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/generalinfo/basel2/default.htm>>.

_____. *Enhancing Risk Management under Basel II*. Remarks by Governor Susan Schmidt Bies at the Risk USA 2005 Congress. Boston, Massachusetts, 2005b. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/generalinfo/basel2/default.htm>>.

CARDIM de CARVALHO, F. Inovação financeira e regulação prudencial: da regulação de liquidez aos acordos de Basileia. In: SOBREIRA, R. (Org.). *Regulação financeira e bancária*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 121-139.

CHIANAMEA, D. *Regulamentação prudencial e estabilidade do sistema financeiro*. Dissertação (Mestrado)–Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CINTRA, M. A reestruturação institucional do sistema financeiro americano (1980/95). *Economia e Sociedade*, Campinas, IE/Unicamp, n. 10, 1998.

FERGUSON JR., R. *Basel II. Testimony of Vice Chairman Roger W. Ferguson, Jr. before the Subcommittee on Domestic and International Monetary Policy, Trade, and Technology, Committee on Financial Services, U.S. House of Representatives*. 2003a. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/generalinfo/basel2/default.htm>>.

_____. *Basel II: a realistic perspective*. Remarks by Vice-Chairman Roger W. Ferguson, Jr. at the Risk Management Association's Conference on Capital Management. Washington, DC, 2003b. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/generalinfo/basel2/default.htm>>.

FERGUSON JR., R. *Concerns and Considerations for the Practical Implementation of the New Basel Accord*. Remarks by Vice-Chairman Roger W. Ferguson, Jr. at the ICBI Risk Management 2003 Conference, Geneva. Switzerland. 2003c. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/generalinfo/basel2/default.htm>>.

FREITAS, M.; PRATES, D. As novas regras do Comitê da Basileia e as condições de financiamento dos países periféricos. In: SOBREIRA, R. (Org.). *Regulação financeira e bancária*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 143-168.

GILBERT, A. The effects of legislating Prompt Corrective Action on the Bank Insurance Fund. *The Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, v. 74, n. 4, 1992.

GOTTSCHALK, R.; SODRÉ, M. C. O Novo Acordo da Basileia no Brasil e na Índia: uma análise comparada. *Economia Política Internacional: análise estratégica*, Campinas, CERI/IE-Unicamp, n. 5, 2005. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/ceri/boletim5/06_Ricardo_Cecilia.pdf>.

MENDONÇA, A. O Acordo de Basileia de 2004: uma revisão em direção às práticas de mercado. *Economia Política Internacional: análise estratégica*, Campinas, CERI/IE-Unicamp, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/ceri/boletim2/05-AnaRosa.pdf>>.

MEYER, L. *The New Basel Capital Proposal*. Remarks by Governor Laurence H. Meyer at the Annual Washington Conference of the Institute of International Bankers. Washington, DC, 2001a. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/generalinfo/basel2/default.htm>>.

_____. *Basel II: moving from Concept toward Implementation*. Remarks by Governor Laurence H. Meyer at the Bank Administration Institute's Conference on Treasury, Investment, ALM, and Risk Management, New York. New York, 2001b. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/generalinfo/basel2/default.htm>>.

THE FOUR FEDERAL BANKING AGENCIES: Board of the Governors of the Federal Reserve System, Federal Deposit Insurance Corporation, Office of the Comptroller of the Currency, Office of Thrift Supervision. Joint Press Release: Banking Agencies Announce Publication of Revised Capital Framework and Describe U.S. Implementation Efforts. 2004. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/generalinfo/basel2/default.htm>>.

THE FOUR FEDERAL BANKING AGENCIES: Board of the Governors of the Federal Reserve System, Federal Deposit Insurance Corporation, Office of the Comptroller of the Currency, Office of Thrift Supervision. Joint Press Release: Banking Agencies to Perform Additional Analysis Before Issuing Notice of Proposed Rulemaking Related to Basel II. 2005. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/generalinfo/basel2/default.htm>>.

THE FOUR FEDERAL BANKING AGENCIES: Board of the Governors of the Federal Reserve System, Federal Deposit Insurance Corporation, Office of the Comptroller of the Currency, Office of Thrift Supervision. Joint Press Release: Banking Agencies Announce Revised Plan for Implementation of Basel II Framework. 2005. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/generalinfo/basel2/default.htm>>.